

INDUSTRIALIZAÇÃO

M-6-hh

NÃO queremos deixar de fazer, nestas colunas, algumas considerações a respeito da proposta de lei que os jornais publicaram há dias, sobre o importante e magno problema do apetrechamento industrial do país.

Tanto o relatório que precede e justifica o decreto-lei, como este em si mesmo, denotam um aturado e consciente estudo das necessidades vitais da Nação e das suas possibilidades futuras. Mas não é sobre este aspecto do problema, no qual nos consideramos pouco mais do que analfabetos, que desejamos entreter hoje os nossos leitores. A questão que nos interessa são as consequências sociais que podem advir da execução integral deste magnífico plano.

Todos nós nos queixamos do baixo nível de vida da nossa população e da mesquinhez dos salários que não permitem a um grande número de famílias viver sem miséria.

Ordinariamente, atribui-se a culpa deste lastimável estado de coisas à falta de defesa que têm os operários na negociação dos seus contratos de trabalho — o que os obriga muitas vezes a aceitar condições de trabalho absolutamente ruins e degradantes. Sem querer absolver de toda a culpa o espírito de exploração que existe ainda em muitos centros industriais, não devemos contudo cerrar de tal maneira os olhos à verdade, que não concordemos em que a pobreza da nossa máquina económica muito tem contribuído para o baixo nível dos salários e ordenados.

É sabido que a agricultura não pode bastar para manter todos os braços nascidos no seu seio. Daí a necessidade em que se encontram muitos de procurar nas cidades o sustento e o futuro. Antigamente o escoamento rural era encaminhado para o Brasil na maior parte, e para outros países ou para as colónias. As graves crises económicas e políticas que precederam a guerra actual, taparam, por assim dizer, esta possibilidade de tentar a vida. Não só houve que sustentar a população que não saiu, mas também foi necessário viver sem os rendimentos anuais, avultados aliás, que o trabalho lá fora encaminhava para cá. Isto que pareceu a muitos uma desgraça, e que contribuiu poderosamente para o aumento da nossa pobreza colectiva, foi afinal um grande benefício para a Nação, porque nos estimula a procurar viver, e viver decentemente, com os recursos que a Providência nos confiou.

A agricultura, sobretudo em alguns dos seus aspectos poderá, sem dúvida, desenvolver-se ainda muito mais, aperfeiçoar métodos e adaptar-se às necessidades da conquista dos mercados mundiais. É este aperfeiçoamento, que se vai fazendo aliás com muita lentidão, poderá contribuir para o enriquecimento económico nacional e, portanto, para o levantamento geral do nível de vida. Mas as nossas irregulares condições climáticas não permitem apoiar na agricultura o desenvolvimento do progresso nacional. Há incontestavelmente necessidade de tentar o desenvolvimento da indústria para criar riqueza bastante para todos.

O estudo apresentado pelo Governo mostra bem as possibilidades que temos de nos encaminharmos neste sentido.

É urgente fazê-lo, se não queremos ver constantemente agravada a nossa posição social e económica no mundo.

Até agora, as coisas têm-se passado desta maneira. Como a agricultura não sustenta a sua população, todos os anos um grande contingente de filhos do campo dirige-se para o comércio e indústria à procura de meios de vida. Mas não absorvendo nem um nem outro todos os braços, a oferta de trabalho faz descer o salário, e — o que é ainda pior — não o procura aperfeiçoar, pois, encontrando abundância, escolhe os naturalmente mais competentes, deixando todos os outros ou no desemprego ou nos trabalhos públicos mantidos para os sustentar. Daí o baixo rendimento do trabalho, que não permite uma remuneração decente, e a

Desenvolvendo a indústria, já se poderão ocupar todos os braços, e talvez haja até necessidade de tentar, por meios modernos processos científicos de preparação e aperfeiçoamento técnico do operário, tirar do trabalho o seu máximo rendimento. Desaparecerá assim, por um lado, a chaga do desemprego, e por outro lado, o trabalho começará a ter mais procura e a dar maior rendimento económico, o que irá contribuir duplamente para o levantamento dos salários e conseqüente subida do baixíssimo nível geral da vida.

Muito melhor do que todas as medidas de carácter social, do que todas as reformas mais ou menos socializantes, do que todos os contratos de trabalho e salários mínimos, a industrialização do país contribuirá para fazer desaparecer a miséria, para aumentar os salários, para tornar vida a vida dos trabalhadores. Depois, só será miserável quem o queira ser.

É evidente que partimos do princípio de que a industrialização se não fará num regime puramente capitalista, que permita aos detentores do capital aproveitar quasi sózinhos do aumento da riqueza que daí há-de nascer. Consentir-lo seria agravar a luta de classes com todos os males que ela trás consigo. Mas como os tempos não vão favoráveis a semelhante regime de opressão, e temos, em esboço, uma organização que pôde vir ainda a ser corporativa — e portanto justa — não receamos errar, traçando os mais rasgados elogios a um plano que só teve o defeito de ter vindo tão tarde.

As perspectivas do futuro começam a ser mais airozas. Sentimos até dentro da nossa alma uma íntima alegria, na esperança de ver, dentro em breve, se Deus quiser, modificar-se a posição social e económica do trabalho perante o capital. Com efeito, quando o trabalhador deixar de mendigar o trabalho como quem mendiga uma esmola, sentirá mais alta a sua dignidade, mais preciso o seu braço, mais estimado o seu suor. E então será maior a justiça e menos teórica a fraternidade cristã.

Os nossos maiores louvores, portanto, à preciosa iniciativa governamental, que esperamos se tornará, sem grande demora, em magnífica e redentora realidade.

ABEL VARZIM

O
purg
zarr
nal.

L
corr
terro
Med
E
as r
aind
dos
baix
ram
caça
na,
New
O
vão
dos
em